



Juventudes e apropriações urbanas em uma leitura polissêmica:

*reflexões acerca da categoria
“Juventudes” a partir de um estudo
de caso sobre lan houses em favelas
cariocas*

Ana Lucia Enne¹

Pâmella Passos²

-
- 1 Ana Lucia Enne é doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ) e professora do curso de Estudos de Mídia e da Pós-graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). *E-mail:* anaenne@gmail.com.
 - 2 Pâmella Passos é doutora em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF) e professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) – *E-mail:* pamella.passos@ifrj.edu.br

RESUMO:

Pensar a cidade a partir das juventudes implica, a nosso ver, em primeiro plano problematizar tal conceito para só então pensar efetivamente na cidade sob a ótica juvenil. Nesse sentido, nas breves páginas que temos, optamos por primeiramente apresentar nosso entendimento acerca da categoria “juventudes”, em especial no contexto carioca atual, para em seguida, a partir de uma pesquisa realizada em *lan houses* de duas favelas cariocas: Acari e Santa Marta, problematizar o papel das políticas públicas para um segmento dentre essas múltiplas possibilidades de juventude.

Palavras-chave: Juventudes. Cidade. Favelas. Lan Houses.

ABSTRACT:

Reflecting the city from the youths' standpoint means, for us, bringing this concept to surface as a condition to actually think about the city under the lens of the youth. In this respect, throughout these brief pages, we have opted for presenting at first our understanding over the “youths” category, especially when it comes to the present carioca context. After doing that, we problematize the role of public politics for a segment of these multiple possibilities of youth based on a research work carried out in *lan houses* from two carioca favelas: Acari and Santa Marta.

Keywords: Youths. City. Favelas. Lan Houses.

1 "JUVENTUDES" E "JOVENS" COMO PROCESSOS SOCIAIS E CULTURAIS

Quando Pierre Bourdieu declarou que “a ‘juventude’ é apenas uma palavra”, não desconsiderou a existência dos jovens enquanto sujeitos sociais, mas nos lembrou o quanto a categoria juventude depende de atribuições de sentido culturais, não sendo uma natureza, uma singularidade ou uma essência. Em suas palavras: “o que quero lembrar é simplesmente que a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos.” (BOURDIEU, 1983, p. 113) Sociedades classificam e separam gerações a partir de critérios diversos e, em uma mesma espacialidade físico e social, muitos sentidos de juventude podem conviver, se atravessar, entrar em conflito, se complementar, revelar possibilidades diferentes de ser e estar no mundo.

Na cidade do Rio de Janeiro contemporânea, também são muitos os critérios que serão usados para a definição do ser jovem, processo ainda mais acentuado por se tratar de uma metrópole globalizada, arena de disputas e conflitos diários, avassalada por ações especulativas e do poder público que atuam de forma incisiva sobre a cidade e seus habitantes, fazendo que a compreensão da multiplicidade,

diversidade e ambiguidades acerca das juventudes que a compõem se coloque como um desafio ainda mais complexo.

Segundo dados do censo do IBGE de 2010, levando em consideração homens e mulheres na faixa etária de 15 a 29 anos – em geral utilizada como referência desde 2004 para classificar, em termos de idade, o “jovem” na sociedade brasileira, em consonância com critérios utilizados por parte hegemônica da sociedade moderna ocidental –, na cidade do Rio de Janeiro esse número corresponderia a cerca de 25% da população, ou um milhão e quinhentos mil moradores em um universo de cerca de seis milhões de pessoas. (IBGE, 2010) Recentemente, o Governo Federal publicou o Mapa da Violência 2014 sobre Juventude e Jovens no Brasil. Nele, encontramos a seguinte informação:

os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. (WAISELFISZ, 2014, p. 9)

Estes dois dados já nos mostram a impossibilidade de tratarmos de forma homogênea a categoria juventude quando pensamos, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, em que a combinação faixa etária, gênero, cor da pele, local de moradia e violência não vai se dar de forma aleatória ou homogênea.

Dessa forma, para além de um recorte por faixa etária e pretensões universalistas, entendemos que juventude é uma categoria polissêmica, em constante disputa discursiva. E que somente uma abordagem que a considere de forma processual, a partir de uma perspectiva que historicize seus sujeitos e práticas, levando em consideração variáveis sociais e culturais, pode almejar complexificar esta categoria, em especial quando pensamos sua relação com o espaço urbano, o consumo, a conformação das identidades e as estruturas sociais. Neste sentido, falar em “juventude carioca”, de

forma generalista, é não problematizar o que estamos aqui colocando. Antes de mais nada, portanto, é preciso pluralizar a expressão e entender que estamos diante de “juventudes”.

Como categoria discursiva performática, a ideia de juventude possui efeitos de sentido materializáveis, a nosso ver nos próprios sujeitos sociais que a encarnam. E, embora haja disseminação da ideia de juventude como um espírito do tempo e um estilo de vida pós-moderno (ENNE, 2010), de forma a transformar o ideal de ser jovem em objeto de desejo e consumo de sujeitos nas mais diversas faixas etárias, existe uma compreensão generalizada, em nossa sociedade, de que existe um recorte geracional em torno dos 15 a 29 anos que encarnaria o “verdadeiro jovem”. Dessa forma, é para essa faixa etária que se destinam, por exemplo, a maior parte dos editais oferecidos em termos de políticas públicas para juventude; é também em torno dessa faixa de idade que giram os personagens em programas televisivos, documentários, filmes e séries que abordam a temática “juventude”; é usando esse recorte de idade como base que se projetam dados sobre os jovens do Brasil e da cidade do Rio de Janeiro que apresentamos no início desse artigo. Voltando a Bourdieu (1983, p. 113):

o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente.

Podemos, assim, apreender um senso comum acerca da classificação do que seriam os jovens em nossa sociedade, em termos de faixa etária.³ Mas quando ampliamos a possibilidade de fecharmos

-
- 3 Estamos cientes, como mostramos acima, que também o recorte por idade é construído culturalmente. Mas entendemos que, por diversos fatores, ele acabou se consagrando, em nossa sociedade, como marco estabelecido pelo senso comum como princípio definidor do que se entende por juventude. Estamos partindo deste senso comum para pensarmos a necessidade de pluralizar o termo, embora saibamos que, como demonstraram diversos autores, a experiência da juventude ultrapassa o critério faixa etária e implica em uma série de outras questões, que extrapolam este artigo. Ver, por exemplo, Margulis e Urresti (1996).

um diagnóstico comum para entendermos como se estruturam e são estruturados esses jovens, esbarramos em sérios entraves em termos de recortes de classe, gênero, raça, local de moradia, religião e outros atravessamentos que indicam a necessidade de complexificarmos muito os aportes teóricos e metodológicos para refletirmos sobre esses múltiplos jovens e formatos de juventudes. Citando mais uma vez Bourdieu (1983, p. 113), e nos inspirando metodologicamente em suas reflexões:

Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou, para encurtar, entre as duas juventudes. Por exemplo, poderíamos comparar sistematicamente as condições de vida, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo, etc., dos ‘jovens’ que já trabalham e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes: de um lado, as coerções do universo econômico real, apenas atenuadas pela solidariedade familiar; do outro, as facilidades de uma economia de assistidos quase-lúdica, fundada na subvenção, com alimentação e moradia e preços baixos, entradas para teatro e cinema a preço reduzido, etc.

Porque a materialidade que a palavra juventude assume, nas lidas cotidianas, é claramente atravessada pelas variáveis acima listadas. Isso não nos impede de encontrar ainda eixos em comum: a questão da ansiedade, por exemplo, como indica Bauman (2004), é hoje categoria fundamental no que tange às juventudes contemporâneas. Mas ela se manifesta de formas diferenciadas quando consideramos recortes de classe, moradia, raça, gênero. Para exemplificar: a ansiedade vivenciada por um jovem de classe média morador da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, branco e homem, quanto à possibilidade de encontrar um emprego ao fim da vida universitária, não é vivenciada da mesma forma que a experimentada por um jovem negro, morador de uma região estigmatizada, em relação ao mesmo momento de saída da vida universitária. Este último

carrega, no somatório de suas ansiedades, a experiência diária do racismo, inclusive no ambiente universitário; a ameaça constante contra sua vida em uma cidade onde a política de extermínio da juventude negra é responsável pelos assustadores dados apontados acima; o racismo estrutural que vai lhe negar diversas opções de emprego; a necessidade de conciliar a rotina de estudo com atividades remuneradas para manter a si mesmo e muitas vezes sua família etc. Ambos vivenciam experiências de ansiedade, que, no entanto, são atravessadas por lutas cotidianas muito diferentes.

Assim, quando entendemos que a ansiedade, sintoma das juventudes contemporâneas, pode ser também uma forma de capital (ENNE, 2014), pois possibilita uma experiência cognitiva na velocidade, nos deslocamentos, no aproveitamento das brechas, na capacidade de adaptação e especulação quanto ao futuro, entendemos que também nesse caso esse modelo de capital beneficia mais aos jovens de classe média dentro do recorte acima descrito. Porque embora também aos jovens de periferia a ansiedade possa resultar em forma de capital social valorizado nos modelos mercadológicos e culturais da pós-modernidade – bricolagens, “jeitinhos”, empreendedorismo, deslocamentos e brechas, dentre outros termos –, o peso da estrutura reduz de forma evidente os campos de possibilidade, no sentido simmeliano trabalhado por Gilberto Velho (1994), daqueles jovens urbanos em condição de subalternidade econômica. Assim, a possibilidade de converter um sintoma em capital, uma das muitas ambiguidades da sociedade capitalista contemporânea, jogo perverso que as juventudes são obrigadas a jogarem quando pensamos em categorias como ansiedade e afeto, em um efeito ainda mais perverso não é acessível a todos os jovens, embora em termos de representação, estereótipo e construções fechadas de sentido, via políticas públicas – editais, falas oficiais, ambientes escolares – e discurso midiático pareçam, de forma generalista, estar ao alcance de todos.

Dessa forma, as estruturas sociais não se apresentam de forma homogênea para aqueles que o senso comum, em termos de faixa etária, engloba homogeneamente como sendo “o jovem”. Obviamente, entendemos que as estruturas são estruturantes, mas também estruturadas, não perdendo de vista o papel de sujeitos ativos, agentes sociais, dessas múltiplas juventudes. Entendemos que mesmo diante de campos de possibilidades diferenciados, sujeitos projetam e constroem realidades, disputando sentidos, se reapropriando e ressignificando o mundo. Mas, para além das idiosincrasias das subjetividades, compreendemos que estruturas sociais diferenciadas vão requerer estratégias e táticas também múltiplas para que essas várias juventudes agenciem e se coloquem como sujeitos de suas realidades. E poderíamos, neste sentido, encontrar pontos de convergência entre as experiências diversas dessas juventudes em um ambiente como a cidade do Rio de Janeiro, pois, em constante processo cultural, os “jovens” estão dialogando e se apropriando, dentro de campos de possibilidades diferenciados, de sentidos que permitem a construção de seus projetos enquanto sujeitos e coletividades.

Podemos compreender melhor esta questão quando pensamos na relação das juventudes e a cidade do Rio de Janeiro. Esta não se coloca como território igualitário para os múltiplos sujeitos que a conformam. Podemos pensar, por exemplo, nas operações realizadas por esferas repressivas do poder estatal nos ônibus que se deslocam dos subúrbios para as praias da zona sul no fim de semana, em que jovens de camadas populares, majoritariamente negros, são obrigados a descer, sendo submetidos a situações de constrangimento e violência, muitas vezes tendo que retornar para casa por não conseguirem comprovar que “pagaram a passagem”. Também o acesso a outros aparelhos culturais, como cinemas, teatros, espaços de *shows* e exposições artísticas, bibliotecas etc., bem como a ferramentas tecnológicas – internet banda larga, *wifi*, redes de *tevé a cabo*, telecentros etc. –, fundamentais para o lazer

e a vivência cultural das diversas juventudes, bem como para a formação de redes de sociabilidade e conformação identitária, não se dá de forma equilibrada, sendo privilégio das classes que concentram maior capital econômico e social, distribuídas pelo espaço social e físico de forma hegemônica. Assim, se pensarmos a relação das juventudes com a cidade, podemos ver, de forma evidente, o quanto a singularização da categoria é equivocada quando estamos lidando com uma realidade complexa.

Ao mesmo tempo, as cidades são espaços de circulação, troca, hibridismos etc. As múltiplas juventudes que vivenciam o espaço urbano fazem dele arena de disputas permanentes, mas também de convergências e partilhas de experiência. As apropriações do espaço urbano – assim como as práticas culturais diversas, como as de consumo – são restringidas, como demonstramos, pelos condicionantes estruturais, mas não se limitam a eles.

Os jovens urbanos, usando ainda o recorte de faixa etária como indicativo para essa classificação, tecem e reconfiguram práticas culturais que indicam suas políticas de deslocamento, suas lutas pela cidade e pelo direito de significá-la, suas mediações culturais, que muitas vezes costumam a cidade, evitando a implantação totalitária dos territórios dados. São experiências de territorialidade, que em geral precisam negociar em termos de territorialização, como fala João Pacheco de Oliveira (1997), com as ações do poder instituído. São inúmeras as experiências em torno de práticas coletivas e lutas pelo espaço que permitem compreender pontos em comum dentre as múltiplas materializações da categoria juventude, para além de sua diversidade. Neste processo, por exemplo, as tecnologias de comunicação e informação desempenham papel fundamental.

Se, para Bourdieu (1983, p. 113), só mesmo um “abuso da linguagem” explicaria o uso de uma mesma palavra para designar “universos sociais que praticamente não possuem nada de comum”, concordamos com o autor quando ele expressa seu incômodo com o uso de um mesmo conceito para dar conta de complexos

e variáveis modos de fazer e estar no mundo, mas discordamos quanto ao “praticamente não possuem nada de comum”. São inúmeros os exemplos que mostram como as múltiplas juventudes que atuam, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, para além de suas especificidades, cortes de classe, gênero, cor etc., estão empenhados na construção de uma cidade para todos, que se valem das novas tecnologias como forma de construção de redes de sociabilidade e solidariedade, que se movimentam e circulam formando outras formas de experienciar a ideia de juventude, cidades e tecnologias, para além dos limites estruturais que não deixaram de existir. Entendemos que, embora estes eixos não sejam também naturais nem universais, eles sugerem experiências em comum entre grande parte dos jovens urbanos contemporâneos, incluindo aí os da cidade do Rio de Janeiro, para além das variáveis estruturais, que não só não desaparecem como precisam ser levadas em conta quando pretendemos analisar as performances, produções e ações desses jovens no ambiente urbano. Como apontam Alvim e Paim (2000, p. 14):

A divisão cronológica desses grupos age como base classificatória para aloca-los no espaço social; a juventude e o jovem, na qualidade de termos absolutos e abstratos, tornam-se figuras desprovidas de realidade e significados, pois dessa maneira não formam grupo social algum.

Assim, é preciso problematizar e contextualizar os fatores que tendem a ser usados como referência para a categorização “juventude”: idade, possibilidade de vivenciar a moratória social, determinadas características eleitas como “típicas” dessa fase da vida, dentre outras. Da mesma forma, é preciso levar em consideração as variáveis de classe, gênero, raça, território, dentre outras, como fundamentais para a construção de campos de possibilidade para a vivência da experiência de ser jovem. Mas também é preciso ter em mente a necessidade de não transformarmos a estrutura social em

algo engessador que determina a inserção dos sujeitos no mundo a ponto de não permitir a luta, as apropriações, os deslocamentos de sentido, as múltiplas experiências. Falar de “juventudes” no plural é necessário e importante para evitarmos as simplificações, mas é importante também ficarmos alertas para não transformar a ideia de multiplicidade e diferença em essência e aprisionamento, sob o risco de também não compreendermos as possibilidades de mediações, imbricações e reconfigurações. Juventude é uma categoria em processo, com possibilidades diversas de desdobramentos, conformações e práticas, e também de leituras e interpretações. Neste sentido, falar em múltiplas práticas culturais juvenis, no sentido de entendermos como esse processo se constrói e desconstrói continuamente, talvez se aproxime mais do sentido que pretendemos do que usar a referência “jovens’ e “juventudes”.

O que precisamos é manter no foco a dimensão processual e histórica na análise de qualquer conformação que pretendemos entender como ligada ao universo das juventudes. Para isso, estruturas precisam ser levadas em consideração, aspectos sociais e culturais como consumo, distinção, sobrevivência, territorialização e territorialidades, cortes de classe, gênero, raça e outros, devem ser observados na análise das formas de construção das múltiplas culturas juvenis. Como nos lembra Alexandre Pereira ([2010?], p. 15):

Esta noção pode fazer muitos outros sentidos e proporcionar diversas possibilidades de apreensão se articulada com outros elementos como cidade ou espaço urbano, etnicidade, corpo, gênero, classe social e até mesmo lazer e [...]. Assim, quem sabe, estes elementos não possam conferir múltiplos sentidos à ideia de juventude, bem como esta também possa aferir novas maneiras de se compreender estas outras categorias.

Para tentarmos exemplificar, a partir de um estudo de caso, nossos argumentos teóricos, optamos, neste artigo, por focar, em sua segunda parte, uma experiência de agenciamento de

jovens moradores de favelas na cidade do Rio de Janeiro, através de suas vivências e apropriações em ambiente tecnológico, no caso *lan houses* localizadas nas favelas, para refletirmos sobre esse jogo entre campos estruturantes e possibilidades de agenciamento. Estamos partilhando da concepção que Borelli e Rocha (2008, p. 28) externalizam:

Analisar as relações de sociabilidade, os usos, as produções culturais e as dinâmicas sensíveis concretamente forjadas por segmentos juvenis urbanos tem sido um dos desafios enfrentados em nossas investigações sobre os jovens brasileiros. A inegável centralidade da interface entre comunicação e consumo emerge em boa parte desses caminhos reflexivos, nos quais, mais do que falar sobre jovens e juventudes, interessa-nos auscultar os sinais que, desde suas próprias narrativas, se fazem visíveis.

Esperamos, com isso, dar materialidade a nossa interpretação acerca da impossibilidade de engessarmos a ideia de juventude e a categoria jovem em uma generalização a – histórica, sem levarmos em conta os recortes de tempo e espaço e, especialmente, as condições sociais e culturais nas quais os discursos e práticas são construídos. Neste sentido, como procuramos demonstrar, entendemos que qualquer enquadramento do tipo “a juventude carioca”, “o jovem da periferia”, a “juventude de classe média” ou qualquer classificação que desconsidere as multiplicidades e contradições acaba por simplificar e reduzir realidades complexas e desafiadoras.

2 JOVENS PERDEM TEMPO NA LAN HOUSE? EXPERIÊNCIAS DE APROPRIAÇÕES JUVENIS NAS FAVELAS DE ACARI E SANTA MARTA

De acordo com a pesquisa TIC Lan House 2010, a maior parte das *lan houses* entrevistadas (95%) declarou frequência média ou intensa de jovens na faixa etária de 16 a 24 anos e 82% dos estabelecimentos

que participaram da pesquisa relataram uma frequência média ou intensa de um público entre 25 e 34 anos. (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2010, p. 24) Jovens, esse é o público majoritário dos frequentadores desses estabelecimentos que se multiplicaram na realidade brasileira.

Assim sendo, recorremos a alguns elementos da pesquisa de doutorado sobre a dimensão cultural e de práticas sociais presentes nas *lan houses* das favelas de Acari e Santa Marta (PASSOS, 2013) para refletir acerca das apropriações juvenis dos espaços da cidade.

Os dados apresentados pela pesquisa TIC LAN House 2010 convergem com a realidade que encontramos em Acari e no Santa Marta, nas quais Freitas,⁴ dono da *lan house* de Acari, e Wagner, dono da *lan house* do Santa Marta, afirmam que seu público é majoritariamente composto por jovens. Mas o que esses jovens procuram na *lan house*?

Difundem-se análises que enxergam as *lan houses* como um espaço de acesso pago à internet, procurado por aqueles que não possuem computadores ou rede em suas residências e/ou trabalho. Porém, o que pudemos perceber em nosso trabalho de campo realizado entre 2009 e 2012 foi algo diferente. Quando perguntamos ao dono da *lan house* de Acari se seus clientes possuíam computador em casa, ele responde:

P – Essas pessoas que vêm, em geral, não têm computador em casa?

F – Não, muitos têm. Tem gente que tem computador em casa, mas acessam aqui, entendeu? Porque é aquilo, as pessoas que vêm na lan house, ela quer emoção, entendeu? Em casa não tem a mesma emoção como tem na lan house, entendeu? É, interagindo com outras pessoas e tal, então ali a pessoa tá acessando, o outro colega tá do lado, ‘ah lá’ ele tá ali, ele tá acessando, tá perguntando a ela, o outro lá também, aí aquela brincadeira,

.....
4 Optamos por criar um pseudônimo para preservar as identidades de nossos interlocutores da pesquisa.

aquela..., em casa é só ele e o computador, aquele negócio frio ali. Aí muita gente vem pra lan house, mas por causa disso. (Freitas, Acari, 8. jun. 2009)

Reforça-se aqui nossa concepção, também apresentada por Pereira (2008), Carvalho (2010) e Barros (2011), de que os clientes vão à *lan house* não exclusivamente ou simplesmente pelo acesso à internet e/ou aos jogos, mas pela companhia, pelo encontro. Nesse sentido, partir da *lan house* para refletir sobre as juventudes carioca nos pareceu um caminho potente, para tal escolhemos dois tópicos de análise, a saber: 1) a relação que o poder público estabelece com esse espaço por excelência juvenil; e 2) o que as *lan houses* podem nos ensinar sobre a efetividade de algumas políticas públicas.

No que tange a relação entre o poder público e as *lan houses*, pondo a lupa sobre algumas legislações do estado do Rio de Janeiro podemos elencar a Lei Estadual nº 4.782/06 que proibia a abertura de *lan houses* a uma distância menor que um quilômetro das unidades de ensino. O que está em jogo nesta lei é a concepção na qual a *lan house* é um local prejudicial à educação, pois, segundo defensores da proposta, os alunos matam aula para ir às *lan houses*.

Porém, paramos para pensar por que os alunos matam aula? O que não os interessa dentro das escolas? Falaremos disto um pouco mais adiante, no entanto, importa saber que partindo de uma série de debates, da luta dos donos de *lan houses* e de alguns estudos acadêmicos sobre o assunto em 2011, a Lei Estadual nº 5.885/11 revoga a lei que proibia *lan houses* a um quilômetro de estabelecimentos de ensino.

Na esteira desta lei e como desdobramento de uma ampliação da visão acerca das novas relações com o saber no século XXI, em 2012 é promulgada a Lei nº 6.235/12 que define:

os centros de inclusão digital – CID (*lan houses*), reconhecendo-os como de especial interesse social para universalização do acesso à rede mundial de computadores-internet, os define como entidades prestadoras de

serviços multipropósitos. Prevê a possibilidade de parcerias com o Estado e municípios, para desenvolvimento de atividades educacionais, culturais, de utilidade pública, de interesse do cidadão e da administração. (RIO DE JANEIRO, 2012a)

Saindo do papel de inimigas da educação, as *lan houses*, ao menos no texto desta lei, são compreendidas em seus múltiplos usos: educacionais, sociais, culturais, de utilidade pública. Que a *lan house* serve para muita coisa, inclusive para jogar, os jovens que as frequentam já sabiam, pois estes, bem menos preocupados em categorizar, usam e se apropriam daquilo que encontram, e com a *lan house* não foi diferente.

Cabe aqui uma pequena ressalva sobre a falta de diálogo entre as esferas do poder público. Em setembro de 2012, o município do Rio de Janeiro assina o Decreto nº 36.207/2012, no qual se regulamenta o licenciamento e funcionamento das *lan houses*. Neste documento, a prefeitura do Rio de Janeiro define como Centro de Inclusão Digital apenas os que oferecem acesso gratuito à internet, excluindo assim as *lan houses* e afirmando:

Não será concedido alvará a estabelecimentos, destinados à exploração de qualquer tipo de jogo eletrônico, situados a um raio de distância de 1.000 km (mil metros) das unidades de ensino de 1º e 2º graus, conforme determina a Lei Estadual 4.782, de 23 de junho de 2006. (RIO DE JANEIRO, 2012b)

Neste trecho identificamos a falta de atualização do poder municipal em relação às leis estaduais em vigor no Rio de Janeiro, visto que : 1) a referida lei já havia sido revogada em 2011; e 2) em maio de 2012 foi promulgada a lei que reconhece as *lan houses* como Centro de Inclusão Digital. Como poderia o poder público nos escutar se não escuta a si próprio?

Nesta Torre de Babel das legislações pouco se escuta e muito se fala, assim trazemos agora um espaço de audição para as *lan houses*, ou ainda, para alguns de seus frequentadores a partir de um episódio ocorrido no bairro Santa Marta. Para configuração da pesquisa, foram realizadas oficinas nas *lan houses* acompanhadas, assim, no último dia de nossos encontros, quando perguntamos o que acharam das oficinas, registramos:

JC – *Eu achei bem legal...*

R – *Eu achei maneiro...*

N – *Eu achei que tinha que ter mais tempo...*

P – *E vocês estavam imaginando que ia ser assim?*

TODOS – *Não...*

JC – *Chato!*

P – *Vocês pensavam que ia ser como?*

JC – *Uma mulher falando pra cacete, ensinando tudo o que eu já sei.*

MT – *Ah, essa barra é aqui, e essa é aqui...*

N – *Igual na FAETEC⁵.*

TODOS – *risos*

(Trecho da oficina no Santa Marta, 19 jun. 2010)

A Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), à qual se referem, é uma escola pública estadual profissionalizante, aberta na subida do bairro Santa Marta. Percebemos com isto, um desencontro entre o que é ensinado nos cursos desta instituição pública e as realidades dos jovens moradores do Santa Marta. Cabe aqui informar que este último encontro foi realizado às dez horas da manhã de um domingo de sol e com jogo da seleção brasileira à tarde. A ausência de lista de presença e pontuação em nada prejudicou a participação desses jovens, o que assistimos foram meninos que acordaram cedo para ir para *lan house* conversar e aprender sobre coisas pelas quais se interessam.

As temáticas das oficinas: *blog*, *Twitter*, *Orkut*, produção de vídeos etc foram definidas a partir dos interesses levantados pelos

.....
5 Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro.

frequentadores das *lan houses*. Ouvimos nosso público alvo que-
ríamos propor algo com eles e não para eles. E assim, nesse exer-
cício de escuta captamos:

P – O que as pessoas falavam dos cursos que têm na Faetec?

*JC – São muito chatos. Eles ensinam o que a gente já sabe: des-
ligar o computador e ligar, essas coisas.*

*P – Você acha que se fizéssemos mais cursos assim na lan house,
de ensinar twitter, montar vídeos, criar mesmo vídeos. Você acha
que iria ter gente interessada?*

JC – Muita, muita gente...

*P – E esse tipo de coisa não se ensina nesses cursos que tem na
Faetec e na Associação de moradores?*

*JC – Não, não. Nunca fui para nenhum curso daqui (do Santa
Marta) não.*

P – Mas tem algum motivo específico? Por que você nunca foi?

*JC – Muito chato. Quando eu fui era pra ligar o computador e des-
ligar. Aí não me envolvi muito não.*

(Trecho da oficina no Santa Marta, 19 jun. 2010)

O diálogo acima nos permite identificar o desejo de aprendizado
presente nesses jovens, porém, querem aprender ao seu modo,
e com suas prioridades, de uma forma significativa, conectada
à sua realidade de uso. Ensinando usos e apropriações de redes
sociais em nossas oficinas, acabamos por auxiliar na utilização dos
e-mails, sites de busca da internet e recursos do pacote Microsoft.
Chegávamos a um mesmo objetivo dos tais “cursos da Faetec”, mas
por outros caminhos. Esses aprendizados estavam conectados ao
objeto de interesse dos participantes das oficinas: Orkut, Youtube,
blog, Twitter...

Esclarecemos que, apesar de identificar na *lan house* suas dimen-
sões educacionais e de sociabilidades, não propomos que ela se
torne um centro educacional, pois como aponta Dayrell (2007,
p. 123):

[...] há o risco de uma escolarização das expressões cultu-
rais juvenis, numa formalização e numa artificialização de

tais práticas que pouco acrescentam à formação do jovem. Outra tendência que se pode observar nessas propostas é a ampliação excessiva das funções da escola, principalmente naquelas cujos alunos são caracterizados como ‘jovens em situação de risco’.

No relato que trazemos de nossa experiência de pesquisa em Acari e no Santa Marta, vimos apropriações de um espaço recorrentemente estigmatizado e rotulado como alienante. Nesse contexto os jovens das favelas que estudamos forjaram múltiplos usos desses computadores conectados à internet, como indica Milton Santos (2006), experienciaram a globalização em suas três facetas: fábula, perversidade e possibilidade.

É sabido que na fase atual do capitalismo, a Globalização como fábula e a perversidade são hegemônicas, ou ainda, para usar as palavras de Walter Benjamin, “o inimigo não tem cessado de vencer”. Porém, acreditamos que há brechas, vislumbramos possibilidades de apropriações...

Vimos até aqui como existem conflitos entre as concepções de determinadas esferas do poder público e a dos jovens frequentadores acerca das *lan houses* e seus usos, e observamos como os consumidores desses espaços, nos dois casos estudados, mediam e deles se apropriam, mesmo que dentro de estruturas cerceadoras, construindo territorialidades múltiplas. Podemos ver que, da mesma forma que as *lan houses* estudadas tinham donos e regras, algumas bem rígidas, porém, o espaço era dos jovens, o tom era deles, as músicas, a “fiscalização” dos combinados, em suma, a vivência do espaço, o espaço da *lan house*, era apropriado por eles.

A título de ilustração cito aqui três episódios que claramente mostraram a apropriação juvenil do espaço da *lan house*. O primeiro aconteceu em Acari, quando se perguntou a Freitas, dono da *lan house* que acompanhávamos, se ele realizava viradões,⁶ o mesmo

.....
6 Madrugadas com a *lan house* aberta para que os frequentadores pudessem jogar.

afirmou que sim, destacando, porém, que isso se dava mediante a organização dos usuários que deveriam se comprometer com a presença e as regras de não excederem-se nos barulhos. Nesse momento, percebi que os jovens estavam se apropriando deste espaço a partir de um desejo deles – realizar viradões –, mas para isso deveriam se auto-organizar para informar quando desejavam o viradão e, principalmente, comprometer-se com algumas regras, como o silêncio da madrugada.

O segundo fato foi durante a realização da última oficina⁷ na *lan house* pesquisada no Santa Marta. Devido a um imprevisto técnico, a atividade necessitou ser remarcada e as possibilidades eram: esperar mais de um mês para realizá-la no dia e horário de sempre – quarta à noite – ou fazer no domingo seguinte, às dez horas da manhã. Surpreendentemente, a opção dos frequentadores que estavam acompanhando as oficinas foi pelo domingo, mesmo cientes que neste dia teria jogo da seleção brasileira à tarde e que o dono da *lan house* não iria abri-la neste horário, passando para eles esta responsabilidade.

Decididos, os meninos convenceram Wagner, dono da *lan house* do Santa Marta, a autorizar que eles abrissem a lan e organizassem tudo, ficando responsáveis pelo espaço. E assim foi feito. Ao chegar no espaço com uns 20 minutos de antecedência, deparei-me com meninos esvaziando lixeira, passando pano no chão e ligando computadores. Estavam organizando um espaço que, ao menos naquele instante, estava totalmente apropriado por eles.

Tal apropriação recordou-me de uma de nossas oficinas em Acari. Ao chegar na porta da *lan house*, antiga sala da residência do Freitas, deparei-me com o portão trancado. Chamei por ele que veio atender informando que tinha tido um problema particular sério, pensava inclusive em encerrar de vez a *lan house* e que por isso não haveria oficina naquele dia. Durante nossa conversa os

.....
7 Foram realizadas oficinas como dispositivos para grupos focais que foram gravados e analisados.

participantes da oficina foram chegando, se amontoando na porta e mesmo sem pressionar, a nosso ver, com sua presença afirmavam o desejo de estar ali. Foi então que Freitas exclamou: “– *Quer saber? Faz logo a oficina, os meninos não têm culpa disso*” e assim foi nos colocando para dentro, distribuindo tarefas – ligar computadores, varrer o chão, limpar as cadeiras – entre os usuários da *lan house*. A nosso ver, ao recuar em sua decisão de fechar a *lan house*, Freitas estava sensível à apropriação desses espaços pelos jovens. Nesta apropriação entendemos que ele renunciou de estar imerso em suas questões particulares e garantiu a coletividade que havia ali, inclusive delegando aos frequentadores que colocassem o espaço em funcionamento para oficina já que ele não estava em condições de fazê-lo. E assim, nesses três exemplos, vimos as juventudes vivenciando esse espaço tão caro a eles: a *lan house*.

Cabe ressaltar que, durante a realização de nosso trabalho de campo, poucos usuários das *lan houses* possuíam celular. Uma tecnologia móvel de acesso à rede e que nos últimos anos foi disseminada nas juventudes. Quais foram e são os impactos desses novos usos de tecnologia móvel na sociabilidade do público juvenil? As *lan houses* sobreviveram a esse processo de disseminação tecnológica? Acreditamos que estas são perguntas interessantes que podem levar a novas análises que busquem conhecer melhor as práticas juvenis na cidade.

CONCLUSÃO

Vivenciar a cidade, eis o que falta ao Rio de Janeiro neste momento. Como destacamos, enfrentamos leis conservadoras que perseguem práticas juvenis como *lan houses*, que formulam políticas educacionais calcadas em modelos tradicionais de ensino e que acabam por gerar cursos e oficinas que a ninguém interessam, produzindo assim dados de um suposto desinteresse juvenil. Nesse contexto, o poder público paira sobre a cidade, não conhece suas esquinas, ladeira e encruzilhadas, preocupa-se mais com as demandas das

normas internacionais dos mega eventos, como Copa do Mundo e Olimpíadas, do que com o que os cidadãos cariocas têm a dizer. Mas perguntamos: e se a cidade fosse das juventudes? A nossa aposta é que a afirmação da experiência juvenil faria uma cidade mais encarnada, conectada, plural e integrada. A polissemia do termo juventudes poderia transbordar para construção de um Rio de Janeiro de múltiplos sentidos, uma cidade que afirme as diferenças e combata as desigualdades.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, R.; PAIM, E. Os jovens urbanos e a mídia: conceitos e preconceitos. In: ALVIM, R.; GOUVEIA, P. (org.). *Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BARROS, C. Reflexões sobre entretenimento, educação e distinção em contextos de “inclusão digital”. In: FERRAZ, J. V.; LEMOS, R. *Pontos de cultura e lan houses: estruturas para a inovação na base da pirâmide social*. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2011.
- BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BORELLI, S.; ROCHA, R. de M. Juventudes, midiatisações e nomadismos: a cidade como arena. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 27–40, jul. 2008.
- BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CARVALHO, O. B. de M. *Jogar, encontrar ou espalhar o currículo por aí: uma etnografia na lan house e no telecentro*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil: TIC LANHOUSE – 2010*. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic-lanhouse-2010.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105–1128, out. 2007. Edição especial.

ENNE, A. L. Juventude como espírito do tempo, faixa etária e estilo de vida: processos constitutivos de uma categoria-chave da modernidade. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 7, n. 20, p. 13-35, nov. 2010. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/203/201>. Acesso em: 20 fev. 2016.

ENNE, A. L. Juventude como o espírito do tempo. In: CAMARGO, R. Z. (org.). *Brasil, múltiplas identidades*. São Paulo: Alameda, 2014.

IBGE. *Sinopse dos resultados do Censo 2010: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Rio de Janeiro em 2010*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/default.php?cod1=33&cod2=&cod3=&frm=%2520http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php%3fuf=33&dados=1>. Acesso em: 20 fev. 2016.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, M. (org.). *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996.

OLIVEIRA, J. P. de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: CONFERÊNCIA REALIZADA NO CONCURSO PARA PROFESSOR TITULAR DA DISCIPLINA ETNOLOGIA, 1997, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1997.

PASSOS, P. S. dos. *Lan house na favela: cultura e práticas sociais em Acari e no Santa Marta*. 2013. Tese (Doutorado em História Contemporânea III) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

PEREIRA, A. Muitas palavras: a discussão recente sobre juventude nas ciências sociais. *Ponto Urbe*, São Paulo, [2010?]. Disponível em: <http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/Artigo-Alexandre-Barbosa-Pereira.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

PEREIRA, V. A. *Na Lan House, “porque jogar sozinho não tem graça”*: estudos das redes sociais juvenis on e off line. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

RIO DE JANEIRO. *Lei n° 6235, de 7 de maio de 2012*. Define os Centros de Inclusão Digital – CID (lan houses), reconhecendo-os como de especial interesse social para universalização do acesso à rede mundial de computadores–internet, os define como entidades prestadoras de

serviços multipropósitos e dá outras providências. Rio de Janeiro: [Câmara Municipal], 2012a.

RIO DE JANEIRO. *Decreto n° 35607, de 15 de maio de 2012*. Dispõe sobre a instituição, na prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, da função de corregedor geral do município, e dá outras providências. Rio de Janeiro: [Prefeitura Municipal], 2012b.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

VELHO, G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2014*. Brasília, DF: Secretaria Nacional da Juventude. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf. Acesso em: 20 fev. 2016.